do Património Cultural. A presente nomeação produz efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

14 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Batista*.

Síntese Curricular

I — Dados pessoais:

Nome: João Manuel Bessa Pinto
Data de Nascimento: 17 de agosto de 1954

II — Formação académica:

Bacharelato em engenharia eletromecânica (ISEP)
Licenciatura em engenharia civil (IST)
Mestrado em construção (IST)

III — Formação complementar especializada:

Recuperação e valorização de conjuntos e edifícios históricos (IST)
Revestimentos tradicionais de cal (École d'Avignon e DGEMN)
Património Cultural, recursos e escala de intervenção (CCB)
Perito qualificado do SCE
Seminário de alta direção (INA)

IV — Experiência profissional na Administração Pública:

Desde fevereiro de 2011, técnico superior (engenheiro civil) no Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e Direção-Geral do Património Cultural;

De setembro de 2007 a fevereiro de 2011, técnico superior no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, onde coordenou o processo de extinção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e promoveu e coordenou cientificamente as duas edições do curso sobre reabilitação de edifícios e o seminário “centros históricos e vida contemporânea”, organizado em parceria com o ICOMOS

De 2000 a 2007, chefe de divisão de construção na DGEMN;

De 1989 a 2000, engenheiro civil na DGEMN;

De 1982 a 1989, engenheiro técnico eletrotécnico na DGEMN;

De 1981 a 1982, engenheiro técnico eletrotécnico na Direção-Geral das Construções Escolares;

De 1975 a 1981, professor do ensino secundário;

V — Atividade académica

De 1991 a 2005 foi docente convidado do Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico e de 2006 a 2012 foi professor convidado do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Lusófona.

Paralelamente, tem participado como docente em diversas ações de formação relacionadas com a engenharia civil e em júris de provas de mestrado no IST e no ISEL.

É autor e coautor de diversas comunicações e artigos relacionados com a construção e reabilitação de edifícios.

207539995

Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

Deliberação n.º 78/2014

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2010, de 27 de março, alínea f) do artigo 3.º da Portaria n.º 189/2012, de 15 de Junho, bem como do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, são delegadas na diretora do Departamento de Gestão deste Instituto, licenciada Ana Catarina Barbosa Costa Correia Botelho de Sousa, as competências para a seguir se descrevem, sem prejuízo das que lhe estão cometidas por lei:

a) Autorizar deslocações em serviço dos trabalhadores do ICA, IP, no território do continente e ao estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não;

b) Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores do ICA, IP, em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território do continente quando importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

c) O processamento mensal de salários com os trabalhadores do ICA constantes do Mapa de pessoal;

d) Assinar pedidos de libertação de crédito às competentes delegações da Direção-Geral do Orçamento;

e) Autorizar despesas e pagamentos até ao limite de €25.000 (vinte e cinco mil euros), em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

f) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, noturno, em dias de descanso semanal e em feriados;

g) Assinar o expediente corrente no âmbito do respetivo Departamento, incluindo a correspondência para o exterior relacionada com a competência daquele;

h) Autorizar os pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direção-Geral do Orçamento e os pedidos de autorização de pagamentos (PAP);

i) Autorizar a constituição, reconstituição de liquidação de fundos de maneiio nos termos da lei e das minhas competências próprias;

j) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços para além do prazo regulamentar;

k) Adjudicar e autorizar despesas públicas com obras e a locação e aquisição de serviços, nos termos da legislação em vigor, até ao montante de €24.939,89 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos);

l) Adjudicar e autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços, ao abrigo de contratos públicos de aprovisionamento celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas ou no âmbito de procedimentos conduzidos pela Unidade de Compras do Ministério da Cultura, até ao montante máximo de € 25.000;

2 — Ficam ratificados todos os atos praticados desde 2 de dezembro de 2013 pelo diretor do Departamento de Cinema e do Audiovisual, no âmbito dos poderes agora delegados.

3 — A presente Deliberação produz efeitos desde a data da sua assinatura.

5 de dezembro de 2013. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Filomena Serras Pereira*. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Manuela Correia*.

207537653

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 1169/2014

A Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto aprovou o novo regime de publicação de subvenções e benefícios atribuídos por entidades públicas, revogando a anterior legislação que regulava a matéria, nomeadamente a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto.

Esta Lei impõe a obrigação de publicidade e reporte de informação relativa à concessão das subvenções e outros benefícios públicos a que refere o seu artigo 2º, à “*administração direta ou indireta do Estado, regiões autónomas, autarquias locais, empresas do setor empresarial do Estado e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, entidades administrativas independentes, entidades reguladoras, fundações públicas de direito público e de direito privado, outras pessoas coletivas da administração autónoma, demais pessoas coletivas públicas e outras entidades públicas, bem como pelas entidades que tenham sido incluídas no setor das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional*”.

Por seu lado, o n.º 3 do artigo 5º daquela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, estipula que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) ficará responsável “*...pela verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na presente lei, competindo-lhe designadamente: a) A organização e tratamento da informação recebida; b) A disponibilização, no seu sítio na Internet (www.igf.min-financas.pt), da informação recebida; c) A prestação das informações necessárias às entidades públicas e privadas para o integral cumprimento do disposto na presente lei*”.

Para esse efeito, e conforme resulta dos artigos 4º e 5º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, as entidades públicas identificadas no n.º 1 do seu artigo 2º são obrigadas à publicação e manutenção de listagem anual no seu sítio da *internet*, bem como ao reporte de informação, através da inserção de dados em formulário eletrónico próprio, com apresentação da respetiva documentação de suporte digitalizada, para subsequente disponibilização dessa informação pela IGF no seu sítio da Internet.